

Rateio de dinheiro da venda da Vale preocupa senadores

Jáder, Dutra e Ademir condenam entendimentos para pulverizar recursos entre estados onde empresa atua. Lúdio Coelho dá apoio à privatização



Josaphat Marinho

Desequilíbrio já ameaça Federação, alerta Josaphat

O desequilíbrio econômico e financeiro, que já atinge estados das regiões mais ricas do País, constitui ameaça à integridade da Federação, segundo advertiu ontem o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), para quem não pode existir União forte com estados enfraquecidos.

O senador declarou que a falta de planejamento e de uma estratégia voltada para o desenvolvimento integrado do País está levando estados a sofrerem ameaças de intervenção federal, por não disporem de recursos para atender a precatórios judiciais. Citou São Paulo, Rio Grande do Sul e Alagoas como vítimas dessa situação.

Para Josaphat, se houvesse planejamento haveria correta distribuição de recursos segundo prioridades preestabelecidas, acima de interesses partidários, evitando-se, dessa forma, a situação de calamidade em que vivem os estados e de ameaça à integridade federativa.

Maldaner propõe novo papel de interiorização a Forças Armadas

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) propôs ontem que seja repensado o papel das Forças Armadas no esforço de desenvolvimento que o Brasil se vê obrigado a empreender sem demora, "sob pena de se agravarem os problemas sociais já agora em estado crítico". Segundo o senador, essa questão volta a ser tema de debate cada vez maior no País.

No momento em que o governo federal propõe o serviço civil obrigatório, por que não amadurecer a idéia de aproveitamento de todo o contingente militar e civil, em todo o País, para promover a interiorização? - indagou.

Para Casildo Maldaner, essa seria uma maneira de tirar as Forças Armadas de um serviço "ortodoxo". Também daria um grande impulso para resolver os sérios problemas que afetam a área social. O senador sugeriu que os jovens que são dispensados



Casildo Maldaner

do serviço militar integrem um novo projeto de interiorização do País, a exemplo do Projeto Rondon.

O senador disse que esse contingente de jovens forma uma mão-de-obra barata e ansiosa por integrar-se ao mercado de trabalho. Através das Forças Armadas, eles iriam para o interior a fim de desempenhar diferentes tarefas nas áreas de educação, habitação e saúde.

Artur da Távola quer programa de incentivo à leitura

Página 7

Para Arruda, Congresso nunca trabalhou tanto

Página 2

O líder do PMDB, senador Jáder Barbalho, condenou ontem a idéia de "pulverizar" o dinheiro da venda da Companhia Vale do Rio Doce entre os estados onde a empresa atua. Os senadores José Eduardo Dutra e Ademir Andrade, respectivamente líderes do PT e do PSB, também discordaram da proposta. A privatização da estatal foi defendida pelo senador Lúdio Coelho.

Ademir chegou a denunciar uma "negociação inescrupulosa" entre a diretoria do BNDES e alguns governadores. Jáder, por sua vez, lembrou que o governador de Minas Gerais reivindica 42% dos recursos a serem obtidos com a operação.

Pedro Simon, que já era contra a venda da Vale por R\$ 12 bilhões, considerou um absurdo que agora se pretenda privatizá-la por R\$ 6 bilhões.

Páginas 4 e 5

Rádio e TV do Senado serão inaugurados terça

A TV Senado e a Agência Senado - Radiosat serão inauguradas na próxima terça-feira com o objetivo de democratizar a informação e garantir a transparência dos trabalhos da Casa. A TV

Senado, já operando experimentalmente desde fevereiro, vai receber, por telefone, manifestação dos cidadãos sobre projetos e propostas dos senadores, a partir de agosto. **Página 6**

Congresso nunca trabalhou tanto, diz Arruda

Matérias aprovadas mais que dobraram no ano passado em relação a 94; número de comissões especiais em 95 foi 4 vezes maior que a média, atesta líder do governo

O plenário do Senado enviou 256 matérias a promulgação ano passado, contra 126 em 1994 e apenas 83 em 1993, o que demonstra que o Legislativo, em média, está trabalhando muito mais do que nos anos anteriores. A afirmação é do líder



José Roberto Arruda

do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao sustentar que o Parlamento está respondendo ao que deseja a sociedade e o governo, apesar de serem grandes os desafios de um País que mantém uma agenda acumulada de mudanças há muito tempo aguardadas.

Ele explicou que não é o presidente da República quem tem pressão nas reformas, mas a própria sociedade brasileira, como demonstram os segmentos organizados que atuam junto ao Congresso. Arruda lembrou que, recentemente, mais de 2 mil empresários, assim como líderes sindicalistas, procuraram o Legislativo para expressar seu interesse por mudanças mais rápidas, o que, em sua opinião, não significa que os parlamentares não estejam trabalhando.

- O que o Presidente tem dito e nós temos repetido é que também gostaríamos que essas reformas fossem mais rápidas - esclareceu o senador, para concluir que a democracia exige negociações que dificilmente ocorrem com rapidez. "O caminho democrático exige paciência, negociação e que se ouçam opiniões contrárias. Há uma realidade e o Congresso tem respondido aos desafios impostos por esse momento de mudanças", afirmou o líder. Conforme Arruda, em 1995 a

Câmara teve 224 sessões, quando entre 1991 e 1994 a média era de 134 sessões anuais. O trabalho das comissões técnicas, segundo o senador, também aumentou em 200%. E mais: entre 1991 e 1994 o Legislativo teve uma média de nove comissões especiais por ano, e só em 1995 foram 37 as comissões que atuaram no Parlamento, o que significa um aumento de 311%. "O Congresso está trabalhando muito, agora os desafios são tão grandes e a agenda é tão acumulada que nós precisamos trabalhar muito mais", disse. Segundo Arruda, esse desafio se amplia no fato de que, raras vezes, a história política brasileira propiciou, a um só tempo, liberdade, democracia e estabilidade econômica. "O desafio de nossa geração é aproveitar esses três ganhos para construir um projeto de país onde o capital privado tenha segurança para investir nos setores produtivos da economia".

Plenário aprova textos de acordos internacionais

Os senadores aprovaram ontem os textos de três acordos e resoluções internacionais assinados pelo governo brasileiro. Teve apoio integral um acordo sobre serviços aéreos firmado em maio do ano passado entre o Brasil e o México. Foi aprovada a Resolução nº 42-3 da Assembléia Geral do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (Unidroit), adotada em dezembro de 1989. Também foi ratificado o Convênio de Sede da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, celebrado em setembro do ano passado.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

Terça-feira (09.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão, em primeiro turno da *PEC nº 23/96, que trata de ineligibilidade.

Quarta-feira (10.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 23/96; *Parecer nº 385/96, sobre a indicação do nome de José Carlos Perret Schulte para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de suplente de ministro classista temporário, representante dos trabalhadores; e *Mensagens nºs 150 e 157/96, que submetem à deliberação do Senado os nomes dos diplomatas Geraldo Afonso Muzzi e Sérgio de Queiroz Duarte para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Nigéria e na China, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto a Benin e Mongólia, respectivamente.

Quinta-feira (11.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLC nº 4/96, que regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal (escuta telefônica), *PDL nº 39/96, que aprova o texto da Resolução nº A.735 (18), da Organização Marítima Internacional

(IMO), aprovada em 4.11.93, a qual emenda a Convenção Constitutiva da IMO; terceiro dia de discussão, em primeiro turno da *PEC nº 23/96; *PLS nº 25/96, que institui a revisão judicial dos valores atribuídos aos imóveis desapropriados, por interesse social, para fins de reforma agrária; *PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93 (desmembramento de terras).

Sexta-feira (12.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno da *PEC nº 23/96.

COMISSÕES

Quarta-feira (10.07.96)

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação das contas do presidente da República referentes ao exercício financeiro de 1994. *Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados.*

Quinta-feira (11.07.96)

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: (dependendo da aprovação das contas referentes ao ano de 94) Apreciação das contas do presidente da República referentes ao exercício financeiro de 1995. *Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados.*

Hollanda cobra solução rápida para desemprego

Discussões sobre a flexibilização das relações trabalhistas devem ser aprofundadas, segundo o senador pernambucano

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) ressaltou ontem que é preciso aprofundar as discussões sobre a flexibilização das relações de emprego e pediu o empenho do Congresso no debate da questão, argumentando que o desempregado precisa ter uma chance que talvez surja se houver essa flexibilização. Ele observou que não se pode mais demorar na busca de soluções efetivas para o problema do desemprego no Brasil.

Hollanda afirmou que a flexibilização dos laços de emprego tem numerosos inimigos, sendo o maior deles, segundo o senador com toda a razão, "o trabalha-

dor empregado dentro da legislação, que teme ser substituído por outro que custe menos ao patrão". Mas assinalou que "não podemos esquecer que, do outro lado da linha, está o desempregado que, a qualquer preço, quer uma colocação".

- Estamos numa encruzilhada. É preciso optar entre abrir mão de conquistas sociais duramente alcançadas, a fim de ampliar o emprego, ou manter esses benefícios sociais, condenando muitos brasileiros a permanecerem sem traba-



Joel de Hollanda

lho. É um dilema terrível, mas ao qual o Parlamento não pode se furtar - disse ele.

Joel de Hollanda comentou o acordo feito entre os Metalúrgicos de São Paulo e a Fiesp para a redução de encargos trabalhistas mediante contratações temporárias, e suspenso logo depois pela Justiça. Para o senador, a proposta foi "muito importante para despertar a consciência nacional para a questão do desemprego no País.



Ney Suassuna

Suassuna quer rigor contra maus-tratos

Proprietários, administradores, médicos e assistentes sociais de asilos, creches e hospitais que cuidam de crianças ou velhos poderão ser responsabilizados criminalmente por maus-tratos aos internos. Isso é o que estabelece projeto de lei apresentado ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Além disso, os donos perderão a propriedade dos estabelecimentos, enquanto os médicos, enfermeiros, psicólogos ou assistentes sociais terão cassados seus diplomas.

Suassuna justifica o projeto afirmando que a lei que trata do assunto (8.080/90) não prevê penalidades a quem descumprir suas normas. Para ele, com a previsão de punições há menor probabilidade de repetição de mortes como as da Clínica Santa Genoveva (RJ), onde morreram mais de 100 idosos, e no instituto de Caruaru (PE), quando ocorreu a contaminação e a morte de centenas de pessoas que fizeram hemodiálise.

Caso as instituições tenham convênio com o SUS, elas serão declaradas inidôneas para manter seus convênios com o governo, ficando proibidas de receber verbas públicas ou empréstimos oficiais. De acordo com a proposta, os fiscais do SUS que deixarem de cumprir com suas obrigações, dolosa ou culposamente, incorrerão nas mesmas penas impostas aos responsáveis pelo estabelecimento.

Suplicy vai a Kandir por renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que discutirá quarta-feira (dia 10) com o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, e o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), o parecer do deputado referente ao projeto de lei de Suplicy que institui o Programa de Renda Mínima. O senador disse pretender mostrar as experiências positivas obtidas em programas semelhantes.

Suplicy informou que propostas de programa de renda mínima tramitam em 12 assembleias legislativas e em 67 câmaras municipais, com algumas



Eduardo Suplicy

mudanças e criatividade na elaboração dos projetos. Citou o exemplo da cidade de Osasco, onde o benefício pretende atingir não só alunos carentes de até 14 anos, mas também idosos e deficientes físicos.

O senador disse ainda estar organizando banco de

dados, com acesso livre via Internet. Suplicy fez apelo a vereadores, prefeitos, e deputados estaduais para que enviem sugestões e cópias de suas propostas sobre programa de renda mínima para seu ga-

binete.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou o programa como uma das maiores armas contra o analfabetismo, defendendo sua execução em todo o País, como forma de redimir as camadas mais pobres da sociedade.



Antonio C. Valadares

Valadares espera decisão sobre CPI

O Ministério Público ainda não se manifestou sobre mandado de segurança contra o arquivamento da CPI dos Bancos, mas o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) acredita que o procurador-geral, Geraldo Brindeiro, deverá dedicar-se à matéria no recesso de julho. O senador, que encabeçou o pedido de instalação da CPI, e que é, também, o autor do mandado de segurança, encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, informou ontem que o procurador-geral pediu vistas do processo.

Ao prestar contas, ao plenário, da tramitação do mandado, Valadares explicou que, no final de março, o Supremo Tribunal Federal distribuiu-o para o ministro Maurício Corrêa, indicado como relator. Um mês depois, Geraldo Brindeiro requisitou o processo e deveria, conforme prazo constitucional, tê-lo devolvido em quinze dias. Ultrapassado esse prazo, o relator pode requisitar os autos retidos na Procuradoria-Geral. Justificando o atraso, o senador salientou que isso se deve ao acúmulo de serviço no Ministério Público.

Jáder teme que dinheiro da venda da Vale seja pulverizado

Líder do PMDB critica intenção de usar recursos obtidos com privatização da empresa no pagamento de dívidas estaduais

O líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), discordou ontem da idéia de se "pulverizar" o dinheiro da venda da Cia. Vale do Rio Doce entre os estados onde a empresa atua, inclusive usando os recursos para "um encontro de contas" entre os estados e a União. "Se isso acontecer, como a imprensa tem noticiado, o sentimento do povo será o de perda de uma estatal que não dá prejuízos", afirmou.

— É por causa de idéias como essa que não estou convencido de que se deve vender a Vale do Rio Doce por R\$ 6 bilhões. Há algum tempo, a imprensa noticiava que a Vale seria vendida no mínimo por R\$ 10 bilhões e agora o preço que sai

nos jornais baixou para R\$ 6 bilhões - disse.

Jáder Barbalho ponderou que, a prevalecer esse preço na privatização, o governo estará entregando a Vale do Rio Doce "por um valor que não cobre nem um mês de aumento da dívida pública federal".

O líder do PMDB lembrou que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou a destinação do dinheiro da privatização da companhia para obras de infra-estrutura nos estados onde ela funciona e que agora o governador de Minas Gerais reivindica 42% dos R\$ 6 bilhões, inclusive para pagar dívidas com a União.

— Estou preocupado, porque o presidente do BNDES



Jáder Barbalho teme perda

garantiu que o Senado conheceria as condições de privatização da Vale 30 dias antes de se lançar o edital de licitação. Pois a cada dia saem novidades nos jornais e o Senado não é informado de nada - observou Jáder Barbalho.

Preocupado com rateio, Dutra pede providências

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), afirmou ontem que, a prevalecer o que a imprensa noticiou nos últimos dias, "haverá um verdadeiro rateio entre estados do dinheiro a ser obtido com a privatização da Vale do Rio Doce". Para ele, "é curiosa a coincidência" entre o que caberia ao estado de Sergipe nesse rateio e o valor de empréstimo do governo estadual junto à Caixa Econômica Federal para pagamento de pessoal. "Os dois valores são idênticos: R\$ 90 milhões", observou.

Dutra informou ao plenário que a revista *Carta Capital* noticiou que, depois de privatizada, a Vale do Rio Doce desativaria a explora-



Dutra quer projeto aprovado

ção da mina de potássio de Sergipe, a única na América do Sul, e sem a qual o Brasil teria de importar este fertilizante.

— A imprensa começou noticiando que a Vale seria vendida por R\$ 12 bilhões e

agora o líder Jáder Barbalho informa que o último valor mencionado pelos jornais é R\$ 6 bilhões. Caso ela seja vendida por R\$ 10 bilhões, no final o governo só receberá R\$ 5 bilhões, porque metade do capital da Vale é privado - afirmou.

Na opinião de José Eduardo Dutra, "o Congresso corre o risco de ficar vendo a banda passar", porque não aprovou até agora o projeto de sua autoria que submete a privatização da Vale à autorização do Legislativo. "A prevalecer o que tem sido noticiado, vamos ficar sem a Vale e nem teremos redução da dívida pública. É como o cidadão que vende a casa para pagar a conta do botequim", comparou.

Ademir denuncia acerto do BNDES com governadores

O líder do PSB, senador Ademir Andrade (PA), classificou ontem de "negociação inescrupulosa" o entendimento entre a diretoria do BNDES e alguns governadores no sentido de que, conforme noticiário da imprensa, os recursos apurados com a privatização da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) sejam destinados às regiões de atuação da companhia. O senador disse, quanto ao processo de privatização da Vale, que "no início os jornais falavam em R\$ 12 bilhões a R\$ 14 bilhões e agora já se fala em valores bem mais irrisórios".



Lúdio Coelho

Lúdio Coelho faz defesa da negociação

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse ontem que "o Congresso Nacional deu autonomia ao governo para privatizar, e não cabe nenhuma dúvida quanto às negociações" sobre a venda da Cia. Vale do Rio Doce. Segundo o senador, a mudança do controle acionário da estatal "só vai melhorar porque a empresa continuará prestando serviços importantes ao País e ao desenvolvimento das regiões onde atua".

Quanto aos entendimentos do BNDES com o governador de Minas Gerais, entretanto, Lúdio Coelho ressaltou que os recursos oriundos da privatização da Vale "devem ser direcionados para as áreas de atuação da companhia e a projetos onde a iniciativa privada não tenha interesse ou condições de atuar, mas que são importantes para o País". Negociação nesse sentido evitará que "o esforço do governo se dilua em benefício de apenas alguns estados", disse ele.

aquela estatal não respondeu.

Ademir Andrade disse que o governo parece pouco interessado em pôr um fim à série de prejuízos que já vem acumulando ao longo do tempo, e como exemplo citou a hidrelétrica de Tucuruí. Segundo o senador, as indústrias de alumínio Alcoa e Albrás consomem 40% da energia produzida na região, a preços subsidiados, causando um prejuízo anual de R\$ 200 milhões para a Eletronorte. Acrescentou que essa situação vem acontecendo desde a inauguração de



Ademir Andrade

Tucuruí, em 1985, e, como o contrato vai até o ano 2004, o prejuízo será da ordem de R\$ 3,2 bilhões.

ESCÂNDALO

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em aparte, disse que "a venda da Vale por R\$ 12 bilhões já era absurdo, mas já estão falando em R\$ 6 bilhões, e isso eu considero um escândalo nacional". Simon acrescentou que "entregar o subsolo brasileiro é maluquice, e é muito feio o que o governo está fazendo com os governadores, alguns dos quais sempre foram historicamente contra a privatização. Não há dúvida de que é a coisa mais grave e mais feia contra os interesses do País".



Odacir Soares

Odacir tem projeto para quem trabalha por conta própria

Projeto de lei apresentado pelo senador Odacir Soares (PFL-RO) autoriza o Banco do Brasil e outras instituições financeiras do governo a concederem financiamento, no máximo de R\$ 5 mil, a pessoas que trabalhem por conta própria. O dinheiro poderia ser usado na compra de máquinas, utensílios ou equipamentos necessários ao desempenho de sua atividade.

O prazo do financiamento será de cinco anos e a pessoa só pagará a primeira prestação depois de um ano. O dinheiro será um repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e não haverá necessidade de avalista para que seja concedido o empréstimo.

Odacir Soares justifica sua proposta afirmando que ela ajudará a resolver o problema do desemprego, principalmente de pessoas que saíram do campo e foram morar na periferia das grandes cidades. Para ele, "muitas dessas famílias são integradas por cidadãos que apenas precisam de um pequeno impulso do Estado para poder exercer os seus ofícios".

Senado inaugura rádio e TV na terça

Criada pela atual Mesa, a TV Senado estreou experimentalmente no último mês de fevereiro. Brevemente estará no ar também aos sábados e domingos, com 8 horas de programação

Emissora muda frequência para melhorar imagem

A TV Senado não transmitirá, hoje, de vivo a sessão plenária da Casa, que se inicia às 9h, porque interromperá suas operações para uma troca de banda no satélite. A TV irá mudar sua frequência da banda 3.3 para a 6.6 no Brasilsat, o que resultará em melhor qualidade das imagens transmitidas. A sessão plenária será gravada e transmitida na íntegra a partir das 14h.

Democratizar a informação e garantir transparência aos trabalhos do Senado são os objetivos da TV Senado e da Agência Senado - Radiosat, que serão inauguradas na próxima terça-feira, dia 9. O presidente do Senado, José Sarney, e o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, darão início à solenidade às 11h30, descerrando a placa alusiva ao acontecimento. Em seguida, falarão o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, Fernando Cesar Mesquita, o presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Roger Karman, e o presidente do Senado.

Foram convidados para a cerimônia, entre outros, o vice-presidente da República, Marco Maciel, o governador do DF, Cristovam Buarque, o presidente da Câmara dos Depu-

tados, Luís Eduardo Magalhães, e os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Américo Antunes.

Após a solenidade, haverá um almoço no Restaurante dos Senadores, para o qual foram convidados também dirigentes dos principais veículos de comunicação do País e jornalistas credenciados junto ao Senado e à Câmara dos Deputados. Na entrada do restaurante, serão montados painéis fotográficos com os serviços prestados pela Secretaria de Comunicação Social. Dentro do restaurante, haverá um telão para exibição de vídeos institucionais e programas produzidos pela TV Senado.

TV Senado vai receber opiniões dos cidadãos

A partir de agosto, a TV Senado estará recebendo, por telefone, manifestações dos cidadãos sobre projetos e pronunciamentos dos senadores. Um grupo de estagiários de faculdades de Comunicação anotará as opiniões dos cidadãos e as encaminhará aos senadores, que terão, assim, informações sobre a repercussão do seu trabalho. Com base nas críticas e sugestões, os parlamentares poderão orientar melhor a sua atuação.

Outra novidade da TV Senado é a ampliação de sua programação: a partir de meados de julho, ela estará no ar aos sábados e domingos, durante oito horas, conforme informou a coordena-

dora, Marilena Chiarelli. Atualmente, a programação é transmitida para 34 cidades, de oito estados, e para o Distrito Federal, pelo sistema de televisão por assinatura, através da NET, Multicanal e TVA, de segunda a sexta-feira, durante catorze horas e meia (das 9 às 23h30).

A TV Senado foi criada pela atual Mesa Diretora, presidida pelo senador José Sarney. Estreou em 05 de fevereiro de 96, em caráter experimental, transmitindo sua programação somente para Brasília. Em maio último, a transmissão estendeu-se a outras cidades.

As principais reuniões das comissões e todas as sessões do plenário são transmitidas ao vivo pela TV Senado.

Além disso, a programação inclui a agenda do dia, entrevistas especiais com senadores, com meia hora de duração, e o Jornal do Senado, que, em dez minutos diários, divulga todas as atividades realizadas no dia.

Também são veiculados entrevistas feitas ao longo do dia e vídeos institucionais produzidos pela TV Senado - sobre os diferentes serviços prestados pela instituição, sobre a história do Senado, o perfil dos senadores e as Comissões Parlamentares de Inquérito, entre outros. Toda a programação, segundo o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, pretende fazer com que as pessoas tenham um conhecimento real do que acontece no Senado para que possam avaliar melhor a atuação de seus representantes.

Agência lança para Nordeste programa diário de 4 minutos

Um programa de quatro minutos diários sobre a Região Nordeste será lançado na próxima terça-feira pela Agência Senado/Radiosat, que já funciona em caráter experimental. O programa estará disponível para as emissoras de rádio, de segunda a sexta-feira, por telefone, pelo Serviço de Discação Direta Gratuita - 0800.

A agência transmite ao vivo, de segunda a sexta-feira, as principais discussões e votações que acontecem no Senado - no plenário e nas diversas comissões.

A partir da próxima terça-feira, o informativo Senado em Linha Direta, com reportagens e entrevistas sobre os principais fatos do dia e da semana, passará a ser produzido de segunda a sexta-feira em três versões: edição Nacional, Amazônia e Nordeste. A edição nacional, com cinco minutos de duração, é transmitida pela Rádio Nacional às 7h30, e a da Amazônia, também com cinco minutos, pela Rádio Nacional da Amazônia, no mesmo horário. A Nacional da Amazônia é a emissora mais potente da América Latina, e a ela estão ligadas, em rede voluntária, cerca de 500 emissoras, segundo o coordenador do projeto, Sílvio Hauagen. Pelo telefone, estarão disponíveis os programas: Agência Senado (resumo das atividades do dia), das 9 às 14h30; Senado em Linha Direta, edição Nordeste, das 14h30 às 18h; e Senado em Linha Direta, edição nacional, das 18h às 9h do dia seguinte.

Távola prega País com mais bibliotecas e mais leitores

Só com a mobilização da sociedade e dos governos o Brasil dará esse salto necessário na educação, conclama o senador

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) pediu ontem um esforço conjunto dos governos federal, através dos Ministérios da Cultura e da Educação, estaduais e municipais, e da comunidade visando à adoção de um programa de incentivo à leitura, sobretudo na infância e na adolescência.

- Não há modernização com êxito sem uma população educada. População educada é população de leitores. O hábito da leitura ou se instala na infância e na adolescência, ou jamais virá - disse.

Para o senador, a educação é essencial não só para se obterem melhores empregos e for-



Artur da Távola

mação técnica, mas também para aprofundar conhecimentos e permitir a ascensão social das classes menos favorecidas.

Artur da Távola informou que o Brasil tem apenas 2.500 bibliotecas, quando o ideal se-

ria 15 mil para atender à população. Disse ainda que o País tem, atualmente, 600 livrarias e 25 mil bancas de jornais, o que considera pouco.

Segundo o senador, em 1995 foram impressos 42 mil títulos novos no País, um índice a seu ver bastante razoável se comparado à Espanha e à Itália. Lembrou, no entanto, que o México saltou de 1 milhão de volumes para 28 milhões anualmente, e de 150 bibliotecas para 8 mil em oito anos. Em apertado, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Esperidião Amin (PPB-SC) e Pedro Simon (PMDB-RS) elogiaram o discurso de Távola.



Ernandes Amorim

Amorim quer apurar desvio de recursos de rodovia em RO

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) solicitou ontem ao Tribunal de Contas da União (TCU) que investigue denúncia de irregularidades nas obras de pavimentação da rodovia RO-479, que liga os municípios de Cacoal e Rolim de Moura, em Rondônia. Segundo ele, o governo do estado teria pago integralmente o que estava previsto no contrato a uma construtora, por um serviço ainda não concluído. "Tenho certeza de que uma inspeção comprovará o desvio do dinheiro público, caracterizando uma vergonha para a sociedade rondoniense", afirmou.

- Apesar de ter sido realizado apenas um sexto do total da obra, a Empresa Amazonas Engenharia teria recebido R\$ 4,6 milhões por um trabalho que ainda não terminou. Num estado pobre como Rondônia, esse dinheiro resolveria, por exemplo, o problema do financiamento agrícola. Estamos diante de um evidente quadro de desvio de recursos públicos, de forma nociva, criminoso e irresponsável. Comprovada essa denúncia, exigirei o ressarcimento aos cofres da União - disse.

Segundo Ernandes Amorim, o governador havia assegurado, no início de 1995, que a pavimentação da estrada seria concluída no final do mesmo ano. "A promessa não se cumpriu, a obra não foi realizada, mas o dinheiro público foi desviado", frisou.

Amin esclarece que Correios não atrasaram entrega de fita em Maceió

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou ontem não ter procedência a notícia divulgada na quarta-feira (dia 3) e ontem por quatro telejornais da Rede Globo, informando que os Correios haviam extraviado a fita de gravação de telefonema entre Suzana Marcolina e o dentista Fernando Colleone, enviada há três dias, via Sedex, a Maceió, por peritos de São Paulo, para investigações do caso PC.

Ele disse que a fita, desde as 8h30 de ontem, já está, "incólume e impávida" em mãos do delegado Cícero Torres, em Maceió e esclareceu, com base em documento fornecido pelo presidente dos Correios, Amílcar Gazaniga, que a



Esperidião Amin

encomenda tinha sido entregue na agência da Estação da Luz, em São Paulo, para despacho por Sedex, na quarta-feira e não na terça, como noticiou a rede de TV.

Amin disse que por dever político fazia esta comunicação, esperando que a Rede Globo "reponha a verdade no seu devido lugar".

Nabor pede que Basa não feche agências no AC



Nabor

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) dirigiu ontem apelo à presidente do Banco da Amazônia (Basa), Flora Valadares,

para que ela evite o fechamento das agências do banco sediadas no Acre.

Uma dívida trabalhista de R\$ 1,7 bilhão com 120 funcionários que ganharam na Justiça do Trabalho o direito de receber a URP (Unidade de Referência Padrão) resultou em decisão judicial de leiloar nove prédios do Basa no próximo dia 22, disse o senador. Ele sugeriu que a direção do banco negociasse uma solução para o impasse com o sindicato dos bancários. Nabor considerou inconcebível que o Basa abandone suas atividades no estado.

Projeto para economizar combustível anima Tuma

Mas seu êxito está condicionado à iniciativa de recuperação de cerca de 51 mil quilômetros de rodovias asfaltadas hoje em péssimas condições de conservação, alerta o senador



Bernardo Cabral

Cabral sugere retorno à cultura de juta no AM

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou ontem a possibilidade de reimplantação da cultura da juta no Amazonas e no Pará, lembrando que seu estado já foi um dos maiores fornecedores da fibra, com uma produção estimada em 60 mil toneladas. Hoje, segundo o senador, o Amazonas produz apenas entre 3 a 6 mil toneladas.

Ele informou que uma comissão de técnicos do Ministério da Agricultura, da Secretaria de Produção Rural e órgãos ligados ao setor rural fizeram, recentemente, um estudo sobre a viabilidade da recuperação da juta na região amazônica. A comissão visitou, além de Manaus e Belém, os municípios de Manacapuru - que já foi considerado um dos maiores produtores de juta -, Itacoatiara e Parintins. Cabral disse que a cultura ajuda a fixar o trabalhador no interior.

O governo federal deu o primeiro passo num projeto que, segundo destacou ontem o senador Romeu Tuma (PSL-SP), promoverá uma redução de cerca de 15% no consumo de combustível. Trata-se, segundo disse, do Projeto Economizar, um convênio firmado na manhã de ontem entre os Ministérios dos Transportes, de Minas e Energia, e da Agricultura, a Petrobrás e a Confederação Nacional dos Transportes. Tuma esteve presente à solenidade, assim como o senador João Agripino (PFL-RN), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado.



Romeu Tuma

O Economizar, na avaliação do senador Romeu Tuma, beneficiará todos os empresários do setor de transportes, especialmente os transportadores autônomos, "que não conseguem liquidez financeira devido ao excessivo consumo de combustíveis".

A única restrição ao projeto

foi colocada pelo próprio ministro dos Transportes, Odacir Klein, conforme frisou o senador. Para o ministro, o êxito do projeto está condicionado à recuperação dos cerca de 51 mil quilômetros de rodovias pavimentadas que estão em péssimas condições de conservação e sem sinalização adequada, disse.

Tuma referiu-se ainda ao legislador Badan Palhares, cujo nome foi sugerido pelo próprio senador ao ministro da Justiça, para atuar na perniciosa relação ao assassinato de Paulo César Farias, o PC. "É de uma honradez a toda prova", disse.

Marluce pede a Klein recursos para a BR-401

A senadora Marluce Pinto (PMDB/RR) reiterou apelo que fez ao ministro dos Transportes, Odacir Klein, para que libere com urgência recursos em torno de R\$ 2 milhões, destinados à recuperação de um trecho de aproximadamente três quilômetros da Rodovia BR-401 no município de Bonfim (RR), na fronteira do Brasil com a Guiana, além da construção de uma ponte de concreto de 120 metros de comprimento, em substituição a uma de madeira, que se acha intransitável.

Depois de afirmar ser aquela a única estrada que serve a Bonfim e está totalmente in-

terrompida, Marluce Pinto informou que manteve, na manhã de ontem audiência com o ministro dos Transportes, oportunidade em que relatou a "dura realidade que enfrenta nosso povo". Disse, ainda, ser "inconcebível que aquela comunidade tenha que pagar tão alto preço e continuar aguardando solução financeira que esbarra em fatores unicamente burocráticos a impedir que os recursos sejam liberados".

URGÊNCIA

Para a representante noraimense, não existem razões nem justificativas que se sobreponham ao ser humano sob aflição e necessidade de urgen-



Marluce Pinto

te amparo. Este é, infelizmente, ressaltou, o caso de milhares de famílias no seu estado, principalmente no município de Bonfim, que tem interrompida a estrada que dá acesso à capital e a outros municípios, e serve para abastecer a comunidade, além de ser de vital importância ao comércio com Georgetown, que vem se mostrando, acentuou, um grande consumidor de produtos brasileiros.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal